

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA: LEITURA TÉCNICA DE LUZ MARINA, DISTRITO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU - PR.

TOPAN, F. Nathália.¹
RUSCHEL, C. Andressa.²

RESUMO

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa de Planejamento Urbano e Regional, no qual aborda o estudo das propriedades do contexto urbano. Para melhor entendimento do contexto urbano, apresentou-se um breve histórico sobre a elaboração de planos diretores, no qual serviu como suporte teórico para a elaboração das análises desta pesquisa, que tem como objetivo principal realizar a leitura técnica em Luz Marina, distrito de São Pedro do Iguaçu-Pr, através da Análise temática Integrada, para que sejam encontradas as condicionantes, deficiências e potencialidades do mesmo. Luz Marina é um distrito pouco valorizado no setor urbanístico e o problema desta pesquisa consiste em como a Avaliação Temática Integrada, pode colaborar para o entendimento das necessidades urbanísticas do distrito. Com isso, as hipóteses sugerem que, com a leitura técnica podem ser definidas e exploradas as deficiências, condicionantes e potencialidades do local. Portanto no decorrer desta pesquisa foram analisados seis aspectos, sendo eles: Aspectos regionais, ambientais, sócioespaciais, sócioeconômicos, de infraestrutura e serviços públicos, e aspectos institucionais. Atavés desta análises, foi possível identificar os prós e os contras do local, com isso elaborou-se um quadro no qual identificou-se as condicionantes, deficiências e potencialidades de cada aspecto, para que pudesse ser entendido as necessidades que o local requer, atingindo desta forma o objetivo principal da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor, Leitura Técnica, Análise Temática Integrada, Luz Marina.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa teórica conceitual da área de arquitetura e urbanismo; cujo o tema fundamenta-se na leitura técnica com ênfase na Análise Temática Integrada em Luz Marina, Distrito de São Pedro do Iguaçu – Pr. Após algumas visitas ao local, notou-se a carência do Distrito nos setores urbanísticos, tal como falta de calçadas, sinalização e iluminação pública, malha viária asfaltada, mobiliário urbano, praças esportivas e ambientes de lazer; com isso, surgiu então a necessidade de explorar todos os problemas do local, abrangendo suas condicionantes, potencialidades e deficiências. A escolha do local para a leitura técnica, foi determinado após observar-se que o Distrito não é valorizado no mercado imobiliário e em outros fatores, por conta da falta dos aspectos urbanísticos citados acima, que estão diretamente ligados com a estética do local e conforto da população.

¹Aluna do décimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: nathalia.topan@hotmail.com

²Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora do Centro Universitário FAG e orientadora da presente pesquisa. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com

O problema da pesquisa baseia-se na seguinte questão: Como a Avaliação Temática Integrada, pode colaborar para o entendimento das necessidades urbanísticas de Luz Marina, Distrito de São Pedro do Iguaçu? Com isso, as hipóteses sugerem que, com a leitura técnica podem ser definidas e exploradas as deficiências, condicionantes e potencialidades do Distrito.

O objetivo geral desta pesquisa, é realizar a Análise Temática Integrada do Distrito de Luz Marina, São Pedro do Iguaçu. Os objetivos específicos, condizem em:

1. Buscar o entendimento sobre métodos de integrar o ambiente urbano com a sociedade através do Plano Diretor.
2. Analisar os aspectos gerais do território, sendo eles: Aspectos socioeconômicos, sócioespaciais, ambientais, de infraestrutura e serviços públicos, regionais e institucionais.
3. Identificar as deficiências, condicionantes e potencialidades do local.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES

O Plano Diretor é o principal mecanismo de Planejamento Municipal, ele é elaborado com a participação de todos os habitantes de determinada cidade. É também, um instrumento fundamental e articulador das demais ferramentas que constitui o sistema de planejamento municipal, isto o é, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei de Orçamento Anual (FALLER, 2009).

O Estatuto da Cidade (2001), assegura que:

O Plano Diretor é incumbido da tarefa de estabelecer como normas imperativas aos particulares e agentes privados as metas e diretrizes da política urbana, os critérios para verificar se a propriedade atende sua função social, as normas condicionadoras do exercício desse direito, a fim de alcançar os objetivos da política urbana: garantir as condições dignas de vida urbana, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o cumprimento da função social da propriedade (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p.43).

Segundo Dias *et al.*, (2007) a elaboração do Plano Diretor é constituída por cinco fases. A primeira fase se dá através do Plano de Trabalho, onde corresponde ao conteúdo do mesmo, discorrendo o processo de elaboração do plano diretor e de uso e ocupação do solo; A segunda fase é a Avaliação Temática Integrada, na qual tem por objetivo analisar

os dados relativos referentes ao município, tais como condicionantes, potencialidades e deficiências; a terceira fase aborda a definições de diretrizes e proposições para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, definindo também proposições para aspectos ambientais, físico espaciais, de infraestrutura, apresentando propostas de curta, médio e longo prazo; a quarta fase consiste na elaboração de anteprojetos das leis que formam a chamada Legislação Urbana Básica, essa fase pode ser chamada de Legislação Urbanística Básica e Instrumentos para o processo de Planejamento e Gestão Municipal; a última e quinta fase indica os projetos e ações para o município para os próximos cinco anos, pode ser chamada de Plano de Ação e Investimentos.

Para a implementação do Plano Diretor municipal, o Estatuto da cidade (2001) requer alguns requisitos, sendo eles: Aprovação do Plano Diretor por Lei Municipal; Abrangência do Território – Zona Urbana e Rural; Direito à Participação Popular no Plano Diretor – Planejamento Participativo; Obrigatoriedade de Audiências e Consultas Públicas – Direito do Cidadão e da Comunidade; Obrigatoriedade de Audiências Públicas no Executivo Municipal; Obrigatoriedade de Audiências Públicas no Legislativo Municipal; Direito à Publicidade e Informação; Sistema de Gestão Democrática do Plano Diretor.

O Estatuto da Cidade determina que, obrigatoriamente todos os municípios acima de 20.000 habitantes, deve ter um Plano Diretor como instrumento básico da política urbana, para seu desenvolvimento e expansão (Estatuto da Cidade, 2001). Portanto, o município é responsável por elaborar a política urbana e coloca – lá em prática por meio do Plano Diretor, efetivando as funções sociais do município, e oportunizando o direito à moradia, transporte público, saúde, educação, saneamento básico e aos serviços e equipamentos urbanos (OLIVEIRA, 2011).

2.1.1. Análise Temática Integrada

A ATI (Análise Temática Integrada) tem como objetivo integrar informações sobre o município, fazer um diagnóstico utilizando da metodologia para definição das Condicionantes, Potencialidades e Deficiências que são identificadas no município. As deficiências são os aspectos que de alguma forma atrapalham a qualidade de vida da população e retardam o desenvolvimento do local, devendo por tanto ser adotadas circunstâncias que as previnam, corrijam ou minimizam. As potencialidades são situações

sujeitas a valorização e manutenção das características do município, onde visa o melhoramento da qualidade de vida (DIAS et al., 2007).

A ATI compõe a segunda fase do Plano Diretor, na qual faz a leitura técnica municipal de seis aspectos, sendo eles:

- Aspectos Regionais;
- Aspectos Ambientais;
- Aspectos sócio econômicos;
- Aspectos Sócio espaciais;
- Aspectos de infraestrutura e Serviços Públicos;
- Aspectos Institucionais;

Através desta leitura técnica é possível embasar o processo de discussão do Plano Diretor, pois a mesma busca descrever de forma direta todos as características urbanas e físicas do Município (PLANO DIRETOR DE MERCEDES, 2008). Deste modo, segundo Dias *et al.*, (2007) as leituras técnicas que são produzidas pelos profissionais e consultores da respectiva Prefeitura, devem ser potencializadas com as leituras comunitárias, onde são realizadas pela população e seguindo os demais aspectos socioeconômicos:

- Empresários,
- Profissionais,
- Trabalhadores,
- Movimentos populares, entre outros.

Com isso, esses dados serão analisados, compilados e especializados segundo temas (DIAS et al., 2007).

3. METODOLOGIA

As bases metodológicas para elaboração deste trabalho foram a revisão bibliográfica, pesquisa documental, levantamentos de dados através de fontes primárias e a Avaliação Temática Integrada.

Lakatos et al., (2002) destaca que, a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, tem como finalidade com situar o pesquisador diante de tudo que foi escrito, dito ou falada, abrangendo toda a bibliografia já transfigurada pública em relação ao tema de estudo, desde material cartográfico, teses, monografias, livros, revistas, jornais,

publicações avulsas, boletins etc. Até meios de comunicações orais, sendo eles gravações em fita magnética, rádios, etc.

A pesquisa documental caracteriza-se através dos levantamentos de dados restrito a documentos, sendo eles escritos ou não, estabelecendo o que se designa de fontes primárias, nas quais podem ser recolhidas no instante em que o fenômeno acontece, ou depois (LAKATOS et al., 2002).

A compilação de dados para a elaboração da Avaliação Temática Integrada se dá através de fontes primárias, sendo elas, relatórios, trabalhos técnicos, livros, trabalhos acadêmicos, revistas e mapas e também através de fontes secundárias, tais como entrevistas as secretarias municipais, os órgãos e instituições públicas e privadas de âmbito municipal, estadual e federal e também, junto aos cidadãos (DIAS et al., 2007).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste tópico serão apresentados os dados coletados referente ao distrito de Luz Marina, São Pedro do Iguaçu. Os dados são coletados através de fontes primárias e secundárias. Após a coleta, os dados são distribuídos em mapas temáticos do distrito, destacando então, o assunto a ser analisado, para que nos capítulo posterior a este, sejam apresentados as tabelas de condicionantes, potencialidades e deficiências de cada aspecto. Esta etapa pode ser denominada como “Análise Temática Integrada”, na qual é composta pelo seguinte conteúdo a ser analisado: aspectos regionais; aspectos ambientais; aspectos sócio-econômicos; aspectos sócioespaciais; aspectos de infraestrutura e de serviços públicos e aspectos ambientais.

4.1 ASPECTOS REGIONAIS

Este tópico identificará e destacará os principais fatores que cooperam para o desenvolvimento do distrito, sua área de influência, centralidade e relações com os municípios vizinhos.

4.1.1 O Distrito no espaço Regional

O Região Oeste do Paraná, pode ser definida como Mesorregião geográfica do Oeste do Estado do Paraná, sendo dividida então em três microrregiões, sendo elas Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (ITAIPU, 2017). Segundo Ipardes (2003), a região Oeste

inclui 50 municípios, obtendo no total uma área territorial com cerca de 2.290.859 hectares. Segundo o IBGE (2010), as microregiões possuem juntas, uma população com aproximadamente 1.219.558 habitantes, sendo divididos como:

- Microregião de Foz do Iguaçu: 408.800 habitantes
- Microregião de Cascavel: 432.978 habitantes
- Microregião de Toledo: 377.780 habitantes

O município de São Pedro do Iguaçu se inclui na Mesorregião Geográfica do Oeste do Paraná e Microrregião geográfica pertencente a Toledo IBGE (2010). Luz Marina, como distrito pertencente a São Pedro do Iguaçu, se encaixa também nesta microregião. O quadro abaixo mostra os municípios pertencentes as microregiões do Oeste do Estado.

Quadro 01 – Tabela de Microregiões do Oeste do Paraná:

Microregião geográfica de Toledo	Microrregião Geográfica Cascavel	Microrregião Geográfica Foz do Iguaçu
Assis Chateaubriand	Anahy	Céu Azul
Diamante D'Oeste	Boa Vista da Aparecida	Foz do Iguaçu
Entre Rios do Oeste	Braganey	Itaipulândia
Formosa do Oeste	Cafelândia	Matelândia
Guaíra	Campo Bonito	Medianeira
Iracema do Oeste	Capitão Leônidas Marques	Missal
Jesuítas	Cascavel	Ramilândia
Marechal Cândido Rondon	Catanduvas	Santa Terezinha de Itaipu
Maripá	Corbélia	São Miguel do Iguaçu
Mercedes	Diamante do Sul	Serranópolis do Iguaçu
Nova Santa Rosa	Guaraniaçu	Vera Cruz do Oeste
Ouro Verde do Oeste	Ibema	
Palotina	Iguatu	
Pato Bragado	Lindoeste	
Quatro Pontes	Nova Aurora	
Santa Helena	Santa Lúcia	
São José das Palmeiras	Santa Tereza do Oeste	
São Pedro do Iguaçu	Três Barras do Paraná	
Terra Roxa		
Toledo		
Tupãssi		

Fonte: Elaborada pela autora (2017), com bases nas informações do IBGE (2010).

O principal suporte da malha viária da região é a BR 277, que faz ligação do porto de Paranaguá até Foz do Iguaçu, sendo assim o principal eixo de locomoção econômica

do Oeste do Estado (PLANO DIRETOR DE MEDIANEIRA, 2006). A região é provida pelas seguintes rodovias:

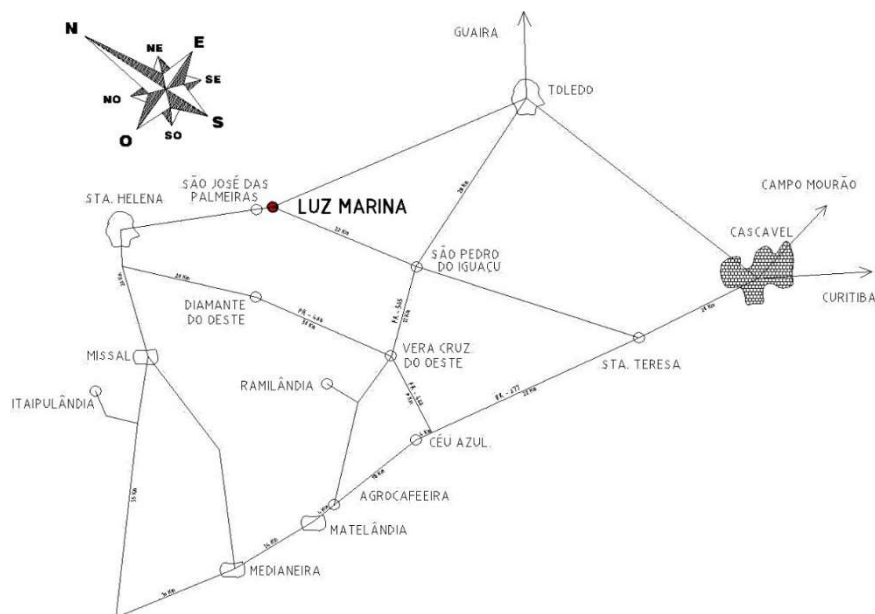
Quadro 02 – Tabela de Rodovias que ligam a região Oeste do Estado:

FEDERAIS:
BR 277 ligando Foz do Iguaçu a Curitiba
BR 467 ligando Toledo, Marechal Cândido Rondon ao MS
BR 369 ligando Cascavel ao Norte do Estado do Paraná
ESTADUAIS:
PR 180 ligando Cascavel a Nova Aurora
PR 182 ligando Cascavel ao Sudoeste do Paraná e Sul do País
PR 317 ligando Toledo a Santa Helena.

Fonte: Elaborada pela autora (2017)

O Distrito de Luz Marina faz ligação com a PR 317, participando da rota que liga Toledo a Santa Helena. Segue abaixo um mapa ilustrativo da localização do Distrito no espaço Regional:

Figura 01 - Mapa ilustrativo da localização de Luz Marina no espaço regional:



Fonte: Elaborado pela autora (2017), com base no mapa regional do Estado do Pr.

4.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

Esse tópico irá destinguir as situações climáticas, áreas de preservação, recursos hídricos, relevo, solo e vegetação que se encontra em Luz Marina.

- Relevo

O relevo do município é de característica ondulada, com espigão que no extremo sul serve como divisor entre o Rio Santa Quitéria e o Rio São Francisco. Tal espigão na região Leste – Oeste, passa pelo Distrito de Luz Marina. A maior parte do solo é composto pela topografia ondulada, na qual dificulda a automatização da produção da lavoura. A região ondulada é de 70%, sendo que a plana é de 30%. A altitude municipal chega a ser de 560 metros (PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017).

Figuras 02 e 03 – Relevo ondulado da região de Luz Marina:



Fonte: Autora (2017).

- Hidrografia

A hidrografia do município localiza-se entre os rios São Francisco Falso e Rio Santa Quitéria, próximos à Luz Marina. Os afluentes do Rio São Francisco Falso são: Corrêgo Palmital, Córrego do Arroz, Córrego Barro da Onça, Córrego Preto ou Pepu e Córrego Pindo de Outro. Os afluentes do Rio Santa Quitéria são: Córrego Itaguaçu, Rio Correntoso, Santa Piraquara, Sanga Porá, Sanga Jançada, Arroio Água meda, Rio São Pedro, Córrego das Rochas (PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017).

Figuras 04 e 05 - Rio São Francisco Falso e Rio Santa Quitéria:



Fonte: Autora (2017).

- Solo

O solo que predomina no Distrito é o latossolo roxo, ocupando 50% da área, 30% da área é de terra com grande fertilidade natural, facilitando a produtividade, 5% do solo do distrito é considerado montanhoso e com solos litólicos por conta de sua localização sobre o espigão, dificultando então o uso de mecanização (PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017).

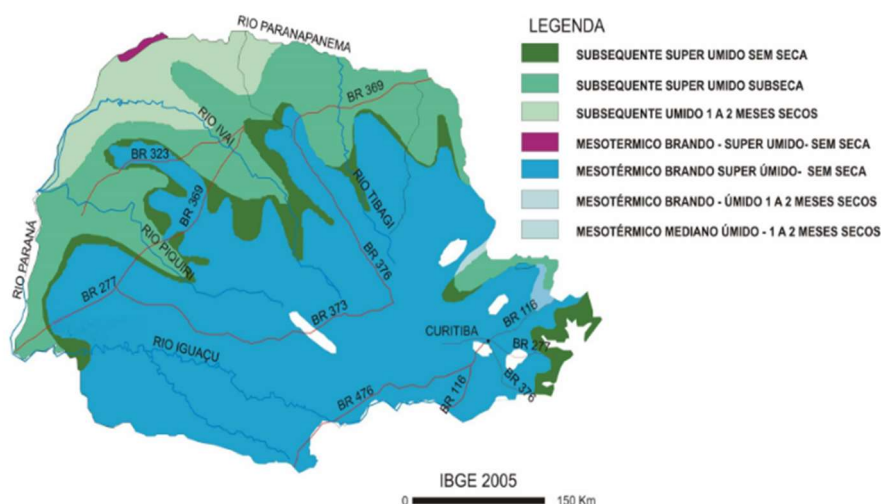
Figuras 06 e 07 – Solo do Distrito de Luz Marina:



Fonte: Autora (2017).

- Clima

Figura 08 – Mapa climático do Estado do Paraná:



Fonte: IBGE (2005).

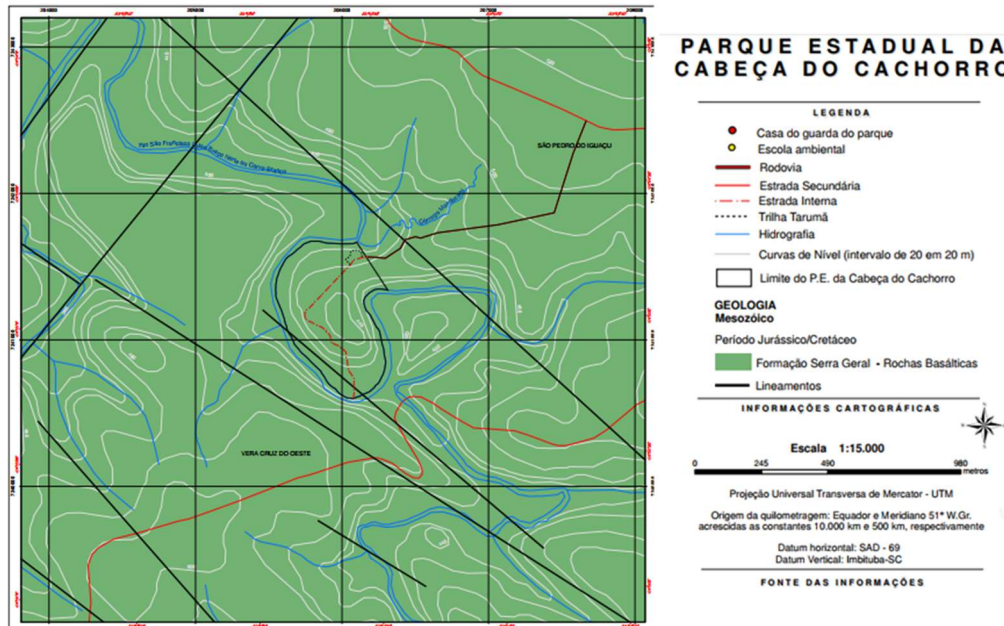
Como pode-se observar na figura acima, a maior parte da região Oeste Paranaense, possui o clima Mesotérmico brando super úmido. Luz Marina faz parte dessa região, com o clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração de chuvas e invernos com geadas poucos frequentes. As altas temperaturas nos meses de dezembro e janeiro promovem dias chuvosos, com granizo e efeitos com danos sobre a agricultura. Já em Junho e Julho ocorre queda impulsiva na temperatura, onde acontece formação de geadas, ocorrendo queda na produção em cultura e quedas nas pastagens nas baixadas (PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017).

- Vegetação

A vegetação do município se encontra em torno de 2.200 hectares de mata nativa, contendo boas manchas de vegetação natural, o que compreende a 7,75 % da área municipal. Encontra-se nessa área Louros, Angico, Cedro, Ipês, Perobas e outras espécies. O município possui também uma Reserva Florestal que é de área de preservação permanente, na qual se chama Cabeça do Cachorro. Essa reserva é farta de fauna e flora, nela se encontra pacas, porcos do mato, veados e outros animais que são ameaçados de extinção. A Reserva atribui a um lugar de visitação de várias cidades do Brasil e até do

exterior, construindo para o turismo regional (PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017). Segue abaixo o mapa da Reserva Ambiental Cabeça do Cachorro.

Figura 09 – Mapa da Reserva Ambiental Cabeça do Cachorro:



Fonte: IAP (2006).

A Reserva se localiza na perimetria de Zona Rural, no qual o acesso se dá através da estrada que liga São Pedro do Iguazu a Luz Marina.

4.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Neste tópico será destacado o perfil produtivo do Distrito, mostrando suas principais atividades econômicas e especificando os comércios que movimentam a economia do local.

- Economia do Distrito

A região do Oeste do Paraná se destaca pelo seu crescimento na área de produção rural com taxas acima de 65 %. As principais atividades que se destacam na agricultura regional são as produções de soja e trigo (PLANO DIRETOR DE MERCEDES, 2008). Em Luz Marina, também se destaca como principal fonte de economia, a ruralidade. A área rural pertence ao município de São Pedro do Iguazu, porém a mesma abastece não somente o município sede, como também vilarejos e o Distrito, como já citado.

Quadro 07 - Principais atividades econômicas do Distrito:

ATIVIDADES ECONÔMICAS
Lavoura temporária
Horticultura e Floricultura
Lavoura Permanente
Produção de Sementes
Mudas e outras formas de propagação vegetal
Pecuária e criação de outros animais
Agricultura
Pesca

Fonte: Elaborada pela autora (2017), com base nas informações do Ipardes (2016).

Na lavoura temporária, destaca-se a produção de alho, amendoim, arroz, aveia, fumo, mandioca, milho, soja e trigo. Já na produção permanente, destaca-se o café, manga e uva. A pecuária e criação de animais, refere-se a criação de rebanho suínos, bovinos, equinos e galinhas (IPARDES, 2016).

Figura 10 - Granja de suínos:



Fonte: Autora (2017).

No distrito evidência-se também, a produção de produtos de origem animal, como lã, leite, ovos de codorno, ovos de galinha e mel de abelha (IPARDES, 2016). No que diz respeito à área comercial do Distrito, destaca-se na tabela abaixo, os que se encontram no local.

Quadro 04 – Tabela de comércios de Luz Marina:

TIPO DE COMÉRCIO	QUANT.
Agropecuária	01
Bar	06
Farmácia	01
Lanchonete	01
Loja de Roupas	02
Materiais de Construção	01
Mercado	04

Fonte: Elaborada pela autora (2017).

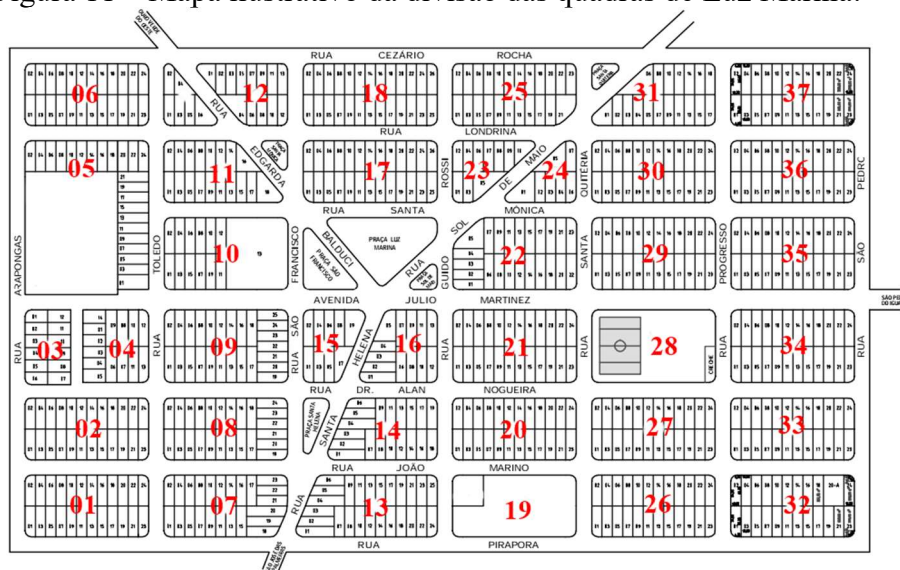
Nota: Dados obtidos através de um levantamento in loco.

4.4 APECTOS SÓCIOESPACIAIS

Neste tópico serão observados a tipologia de uso e ocupação do solo, identificação, estudo da tipologia habitacional e da demanda.

- Uso e ocupação do Solo Urbano

Figura 11 – Mapa ilustrativo da divisão das quadras de Luz Marina:



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com bases nas informações da Prefeitura de São Pedro do Iguaçu -Pr (2009).

Como pode-se observar, o distrito conta com 37 quadras e 15 ruas, das quais destacase como a rua principal, a Avenida Julio Martinez. Nela encontra-se a maioria dos comércios local, sendo eles, mercados, salão de beleza, bares, agropecuária e farmácia.

As praças contém no total 6.717,97 m², as praças esportivas 10.800,00 m², as áreas de utilidade pública 8.372,00m² e as ruas somam no total 142.860,03m². (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017).

Figura 12 e 13 – Avenida Júlio Martinez, Luz Marina:

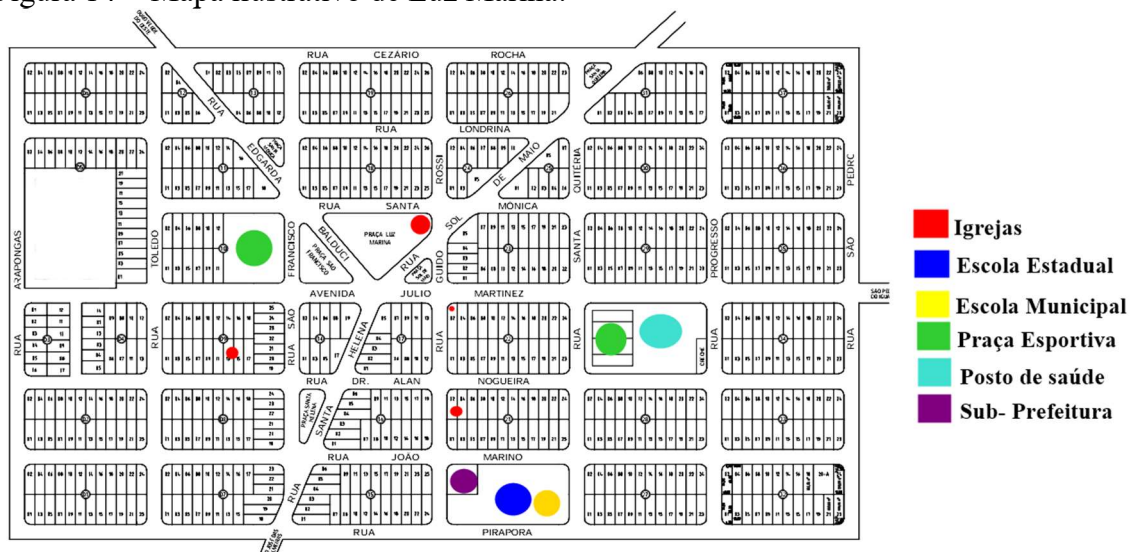


Fonte: Autora (2017).

A Avenida Julio Martinez é dividida por um canteiro, o que a torna com duas vias rápidas com direções opostas.

Através de levantamentos *in loco*, observou – se que o distrito é composto por área comercial, residencial e pequenos pátios com áreas de lazer. No distrito não contém indústrias, portanto, o mesmo é abastecido pela pecuária e agricultura local, pelo município sede e por sua microregião pertencente. Segue abaixo um mapa ilustrativo que identifica instituições pertencentes ao local:

Figura 14 - Mapa ilustrativo de Luz Marina:



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com bases nas informações da Prefeitura de São Pedro do Iguaçu -Pr (2009).

Nota: Dados obtidos através de um levantamento in loco.

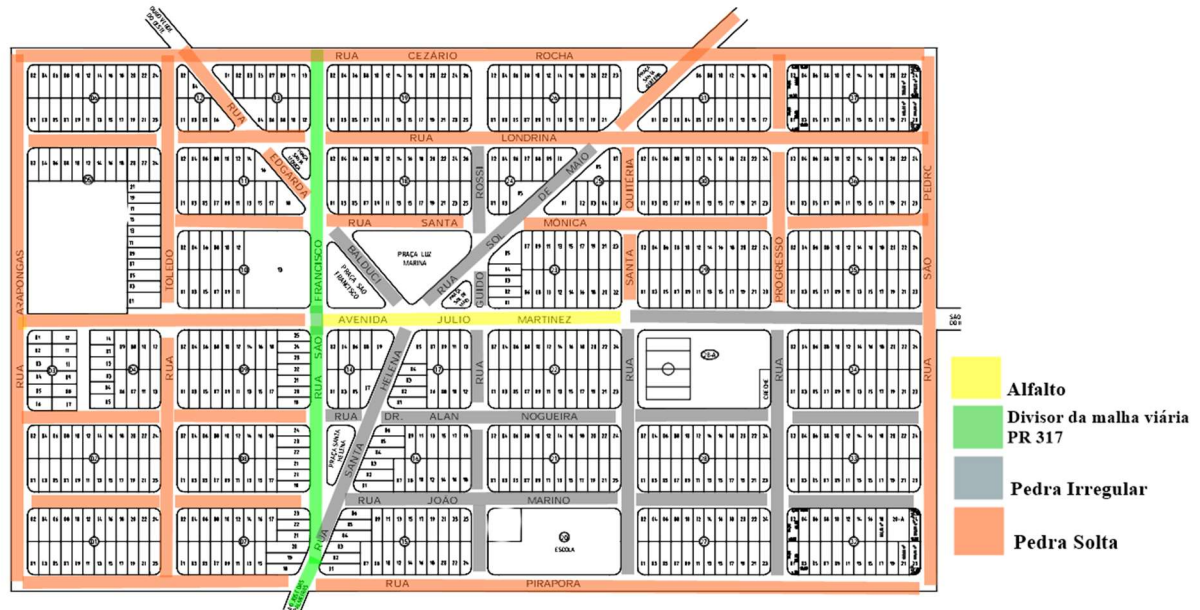
Através de levantamentos in loco, notou-se que o tipo habitacional pode ser destacado como público de meia - idade a terceira idade. O distrito não possui atrativos, propostas de empregos em indústrias, nem ensino acima do 2º grau. Isso faz com que as pessoas saiam do distrito atrás de melhorias da qualidade de vida, migrando para municípios vizinhos.

4.5. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Este tópico destacará de forma geral a situação da infraestrutura e serviços públicos do Distrito, tais como condições das vias, mostrando a parte que possui asfalto, pedra irregular e pedra solta; iluminação pública e arborização, mostrando as ruas que possuem postes e a as condições das mesmas, destacando problemas tais como árvores encostando na fiação dos postes; lixo e saneamento básico, explicando qual o destino do lixo e observando as galerias de saneamento já existente.

- Condições das vias

Figura 15 - Mapa ilustrativo das vias de Luz Marina:



Fonte: Elaborado pela autora (2017) com bases nas informações da Prefeitura de São Pedro do Iguaçu -Pr (2009).

Nota: Dados obtidos através de um levantamento *in loco*.

A malha viária do distrito não é completamente asfaltada, apenas uma parte da avenida contém asfalto, como mostra a imagem acima. Grande parte da malha viária do

distrito é composta por pedra irregular, porém a maior parte ainda é composta por pedras soltas, o que dificulta o acesso de várias ruas.

Figura 16 e 17 - ruas com pedras soltas:



Fonte: Autora (2017).

Figura 18 e 19 - divisor da malha viária, PR 317:



Fonte: Autora (2017).

A PR 317, é elemento divisor da malha viária do distrito, tal PR que liga Luz Marina aos municípios vizinhos, Ouro verde do Oeste e São José das Palmeiras.

Figura 20 e 21 - Ruas com pedra irregular:



Fonte: Autora (2017).

O distrito é bastante rico no quesito arborização. Possui muitas árvores frutíferas e floríferas de pequeno, médio e grande porte, e é bastante arejado, porém nem todas as árvores estão locadas no seu devidos lugares. Algumas delas estão localizadas juntamente com os postes e fiações, o que pode ser muito perigoso se as árvores tocarem nos fios, como podese observar a abaixo:

Figura 25 e 26 - árvores tocando na fiação da iluminação pública.



Fonte: Autora (2017).

Figura 27 e 28 - Arborização da Praça de Luz Marina.



Fonte: Autora (2017).

- Lixo e Saneamento básico

O lixo do distrito é recolhido e transportado até o aterro sanitário que se localiza no município sede, São Pedro do Iguaçu. O local não possui galeria completa de saneamento básico, porém, possui um projeto da prefeitura juntamente com a FPTI (2017) para a implementação de novas galerias para melhoria de saneamento, segue a baixo o mapa com galerias existentes e o projeto com as novas galerias:

Figura 30 e 31 – Academia ao ar livre e Ginásio de Esportes.



Fonte: Autora (2017).

4.6. INSTITUCIONAIS

A administração do município pode ser dividida em Subprefeituras, das quais são exercidas pelos Subprefeitos. No caso da administração do Município de São Pedro do Iguaçu, a Subprefeitura fica localizada em Luz Marina, na qual quem controla, decide e exerce o papel de gerenciar é o Vice Prefeito. A Subprefeitura respeita as legislações municipais, e atende a população do distrito. Nela contém 9 funcionários, cada um responsável por funções, sendo elas:

- Agendamento de atendimento na área da saúde (Consultas que não possuem especialistas no posto local, são encaminhadas através do plano de saúde S.U.S para Toledo-Pr, microregião que São Pedro do Iguaçu pertence e em alguns casos para Cascavel/Pr);
- Motoristas de ambulância e outros automóveis que levam pessoas até as consultas médicas em outros municípios;
- Atendimento de Correio;
- Agendamento da utilização do trator para área rural;
- Motorista responsável de enviar e buscar documentos da Prefeitura sede;
- Vice Prefeito, responsável por reger a administração da Subprefeitura.

Figura 32 e 33 – Subprefeitura de Luz Marina.



Fonte: Autora (2017).

A Subprefeitura não possui cadastros de arrecadação anual e sistemas de informações do município, exercendo apenas a função de agendar, encaminhar e orientar a população para seus interesses.

4.7 SÍNTESE

Este capítulo teve por finalidade explorar informações relacionadas aos aspectos regionais, ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, de infraestrutura e serviços públicos e aspectos institucionais. A coleta de dados possibilitou a identificação das condicionantes, potencialidades e deficiências de cada aspecto, para a elaboração de quadros especificando cada item, como mostram os quadros a seguir:

Quadro 05 – Tabela de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências dos aspectos regionais, ambientais e sócioeconômicos.

	ASPECTOS REGIONAIS	ASPECTOS AMBIENTAIS	ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS
CONDICIONANTES	<ul style="list-style-type: none"> -Localização na região Oeste do Estado -Distrito pertencente a São Pedro do Iguaçu -Relação com os municípios vizinhos -Ruralidade. -Posição entre Ouro Verde do Oeste e São José das Palmeiras 	<ul style="list-style-type: none"> -Clima Subtropical úmido; -Declividades (Relevo) -Recursos hídricos (Drenagem natural) -Áreas de preservação permanente. (APP) 	<ul style="list-style-type: none"> -Densidade demográfica; -Condições de escolaridade; -Consumo de água e energia, -Perfil e potencial produtivo em agropecuária
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> -Turismo em desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> -Favorece a diversificação da Agricultura -Possibilidades do desenvolvimento de um solo de excelente qualidade -Disponibilidade de Recursos Hídricos (Rios e e afluentes) -Possibilidades de pesquisar na biodiversidade local -Existência de Remanescentes florestais 	<ul style="list-style-type: none"> -Vontade da população na melhoria e fortalecimento do distrito em todos os aspectos -Localização estratégica na PR317, rota de Toledo a Santa Helena -Ruralidade
DEFICIÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> -PR317 como divisor da malha urbana -Região acidentada 	<ul style="list-style-type: none"> -Sub aproveitamento do potencial turístico do local -Poluição hídrica resultante de agrotóxicos e assoreamento -Falta de saneamento básico -Região poluída 	<ul style="list-style-type: none"> -Desemprego: índice de desemprego, decorrente da falta da mão de obra qualificada -Falta de empresas e indústrias -Presença de uso de substâncias químicas na população mais carente.

Fonte: Elaborada pela Autora (2017) com base nas análises realizadas

Quadro 06 – Tabela de Condicionantes, Potencialidades e Deficiências dos aspectos sócioespaciais, de infraestrutura e serviços públicos, e institucionais.

	ASPECTOS SÓCIOESPACIAIS	INFRA. E SERVIÇOS PÚBLICOS	ASPECTOS INSTITUCIONAIS
CONDICIONANTES	<ul style="list-style-type: none"> -Uso e ocupação do Solo -Tipologia habitacional e demanda 	<ul style="list-style-type: none"> -Sistema viário e transporte coletivo intermunicipal -Telecomunicações; - Equipamentos sociais (saúde, educação, cultura, esporte, e recreação). 	<ul style="list-style-type: none"> -Unidades administrativas da estrutura -Atendimento a população na unidade administrativa -Agendamento de consultas médicas -Veículos apropriados para atender o setor administrativo e de saúde.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> -Potenciais turísticos com infraestrutura natural na zona rural -Potencial em expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento -Diversificação de culturas -Propriedades rurais com criação de pequenos animais para abate. -Escola próxima ao posto de saúde e farmácia. 	<ul style="list-style-type: none"> -Facilidade de implantação física de obras de saneamento de esgotamento sanitário, passeio público e declividade natural -Transporte escolar -Boas condições dos serviços públicos e de saúde -Presença de arborização e iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> -Combate a inadiplência -Gestores com objetivos de capacitação da população de forma ampla.
DEFICIÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none"> -Baixa exploração do potencial do turismo religioso, de negócios e eventos -Ausência de coleta de resíduos sólidos no meio urbano -Má condições da malha viária e estrada rurais.. 	<ul style="list-style-type: none"> -Falta de malha viária asfaltada -Falta de saneamento básico: coleta, destinação e tratamento de esgoto -Quedas no fornecimento de energia elétrica -Falta de rodoviária para atender o transporte intermunicipal -Iniciência de espaços de lazer, recreação e eventos -Falta de estrutura para atividades culturais -Má qualidade da pavimentação dos passeios públicos -Falta de segurança pública 	<ul style="list-style-type: none"> -Poucos dados e informações disponíveis e documentados -Falta de democratização na disponibilização de informações -Pequena capacidade de investimento com recursos próprios -Falta de serviço de geoprocessamento

Fonte: Elaborada pela Autora (2017) com base nas análises realizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo destacar o tema, justificativa, problema, hipóteses, objetivo geral e aprofundar a compreensão dos objetivos específicos um, dois, e três sendo eles respectivamente: buscar o entendimento sobre métodos de integrar o ambiente urbano com a sociedade através do plano diretor; analisar os aspectos gerais do território, sendo eles: aspectos socioeconômicos, sócioespaciais, ambientais, de infraestrutura e serviços públicos, regionais e institucionais; identificar as deficiências, condicionantes e potencialidades do local.

A pesquisa teve o intuito de analisar os aspectos gerais do território, para que através de levantamentos *in loco*, as condicionantes, deficiências e potencialidades fossem exploradas e identificadas. Isso para que se tenha o conhecimento da realidade do Distrito e o entendimento das necessidades que o local e os moradores precisam,

respondendo desta forma, o problema desta pesquisa. Através da visão de Arquiteta e Urbanista foi possível realizar as análises de forma crítica, e sugere-se que se de continuidade a esta pesquisa, para que haja a melhoria destes aspectos através de um Plano Diretor, no qual a sociedade poderá participar. Conclui-se então, que o Distrito é carente em muitos destes aspectos citados acima, porém existe potencial de melhorias para cada um deles que pode ser explorado.

REFERÊNCIAS

DIAS, C. S.; SCHULER, D.; MUKAI, H.; DIAS, S. I. S. Realeza-PR.: **A Proposta do Plano diretor – 2005 a 2006**. Cascavel: Smolarek Arquitetura, 2007.

FALLER, Lorival. **Métodos de Elaboração de Planos Diretores**, 2009. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1787>. Acesso em: 26 de Setembro de 2017.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 24 de Agosto de 2017.

ITAIPU BINACIONAL. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/>>. Acesso em 24 de Agosto de 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de; **Estatuto da Cidade; para compreender**: Rio de Janeiro, IBAM/DUMA, 2001.

PLANO DIRETOR DE MEDIANEIRA, 2006. Disponível em: <<http://www.medianeira.pr.gov.br/>>. Acesso em 13 de Setembro de 2017.

PLANO DIRETOR DE MERCEDES, 2008. Disponível em: <<http://www.mercedes.pr.gov.br/plano-diretor.php>>. Acesso em 19 de Setembro de 2017.

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, 2017. Disponível em: <<http://saopedrodoiguacu.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2017.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da Cidade, 2001.** Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acesso
em: 09 de Setembro de 2017.